

A RESTAURAÇÃO

REDACÇÃO

Séde social da empresa

Rua de D. João I, 13—1.º andar
GUIMARÃES

SEMENARIO CATHÓLICO

PROPRIEDADE DA EMPRESA DE «A RESTAURAÇÃO»

Director e administrador — Antonio Luis da Silva Dantas

ADMINISTRAÇÃO

Officinas de composição e impressão

Typographia Minerva Vimaranense
Rua de Payo Galvão

GRAÇAS



PONTIFÍCIAS (*)

No dia 25 do passado mês de Março recebi de Roma o venerando autógrapho do Summo

Pontifice Pio X, que em seguida vai reproduzido:

Transcripção

Autógrapho

Tradueção

Dilecto filio Sac. Josepho L. Leite de Faria fausta quaeque et salutaria a Domino adprecantes, benevolentiae nostrae testem, Apostolicam Benedictionem ex animo impertimus.

Ex Aedibus Vaticanis die 20 Martii 1910.

Pius PP. X.

Dilecto filio Sac. Josepho L. Leite de Faria fausta quaeque et salutaria a Domino adprecantes, benevolentiae nostrae testem, Apostolicam Benedictionem ex animo impertimus.
Ex Aedibus Vaticanis die 20 Martii 1910.

Pius PP. X.

Rogando ao Senhor quanto ha de fausto e salutar em beneficio de nosso querido filho P.º José L. Leite de Faria, concedemos-lhe do coração, como prova da nossa benevolência, a Bênção Apostólica.

Do Palácio do Vaticano, aos 20 de Março de 1910.

Pio X, Papa.

Com o inestimavel autógrapho, dignou-se o augusto Vigário de Jesus-Christo offerecer ao destinatário uma preciosa medalha sua, cuja face principal vai reproduzida acima.

Suspensão entre a consolação e a admiração, que o inesperado procedimento do grande Pontifice em minha alma produziu, custava-me a crer e sobre tudo a interpretar o que via.

«Unde hoc mihi...?» Que razão teria o supremo Jerarcha da Igreja para se lembrar, por modo tam carinhoso e significativo, do ignorado sacerdote, que vai lidando sim, mas tam obscuramente e em tam limitada e remota jeira do immenso campo cathólico? Que havia feito o modesto obreiro, que merecesse do veneravel Pae de familias tam distincto galardão?

Não tardei em o saber. Informações da máxima auctoridade e fidèdignissimas, colhidas em communicacão pessoal e directa com o soberano Pontifice, asseguram-me unánimemente que esta eloquente manifestacão da paternal benevolência de Sua Santidade foi motivada pela defesa que tenho feito da bõa doutrina, nomiadamente contra os gravissimos e perniciosissimos erros desde alguns annos a esta parte apostolizados por uma transviada revista, que ai se tem arvorado em reformadora dos ensinamentos christãos, sem poupar as mais fundas e essenciaes bases da fé.

Tendo inspirado sempre a minha campanha no puro amor dos principios christãos e no sincero desejo de os ver triumphar das insensatas arremettidas do erro, esta explicacão da benevolência de Pio X sublimou a minha consolação. E julguei que não devia deixar na sombra de ingrato silêncio o principal argumento em favor da minha orientacão. Por amor da causa pois, que não por vanglória, é que o publico.

Louvores a Deus!

Coube-me a glória de abrir nestas columnas, ha mais de dois annos—quando a propaganda do erro já ia adeantada, e, sobranceira a todas as advertências particulares, se mostrava obstinadamente systemática—a indispensavel campanha em favor da verdade offendida.

A compensar-me das contradicções que me têm saturado, appareceram, desde o principio, muitas das melhores cabeças e corações cathólicos portugueses. Não me têm faltado até auctorizadas palavras de applauso e animação vindas de alem-fronteiras. O que tudo guardo em meu coração agradecido.

Mas o tomar o supremo Pastor da Igreja a penna, para lavrar por seu próprio punho a concessão duma Bênção Apostólica, que servisse, segundo expressa declaracão, para demonstrar a sua paternal benevolência para commigo—sellando tudo com a sua veneranda medalha—, faz-me esquecer, absorvidas em ondas de consolação, as amarguras que me tem custado o amor à verdade.

E—oh!—não me consola menos que a minha pequenissima quota de collaboracão na defesa da doutrina cathólica haja levado uma gottazinha de contentamento ao tam amargurado coração dum Pae amantissimo, a quem tam profundamente devora o zêlo de «restaurar tudo em Christo».

A Deus peço e pedirei sempre que abençõe e faça fructificar tam abundantemente os admiraveis labores apostólicos do venerado e providencial Pontifice, que a sua alma nobilissima trasborde em tanta consolação como a que a inapreciavel manifestacão do seu paternal agrado me causou.

Estes sinceros votos e a protestação da mais completa, fiel e inquebrantavel submissão à cadeira de Pedro sam o agradecimento que o meu coração pode dar pelo inolvidavel favor de Pio X.

Padre José Lopes Leite de Faria.

(*) Tendo recebido numerosos pedidos do número passado de *A Restauração*, aos quaes não tenho podido satisfazer apesar da grande tiragem, reproduzo neste número o artigo que deu lugar aos pedidos, a fim de lhes dar satisfacão. Aos leitores que já o receberam peço desculpa da repetição.

As doutrinas da «Voz de S. Antonio»

MODERNISMO

V

HISTORIA DO MODERNISMO DA "VOZ,"

2.º periodo: Defesa e insistencia

Em fevereiro de 1908 respondia a *Voz* a «qualquer rugido da treva» com uma insistencia mal disfarçada nas doutrinas do modernismo já condemnadas pela Santa Sé.

O rugido da treva augmentou, e a *Voz* sentiu-se obrigada a dar nova satisfação ao público fiel. Pensou que o melhor modo seria publicar documentos.

O verdadeiro documento seria a Encyclica *Pascendi*, e a melhor defesa estaria em confrontar com ella as doutrinas até allí expendidas na revista: se estas eram tam intangíveis como se diz, bastaria o paralelo para salvação e glorificação da *Voz*.

O caminho, porém, foi inteiramente o contrario.

Fugiu-se ao confronto. Nem então, nem mais tarde, appareceu na *Voz* qualquer dos documentos emanados do Vaticano sobre a questão.

Na capa do numero de abril de 1908, «para archivar» publicou aquella revista umas passagens em que o cardeal Ferrari, defendia a sua diocese e os professores do seu seminário, imprudentemente accusados de modernismo. Para o archivo da *Voz* mais util havia de ser este documento, que a encyclica *Pascendi*; e no entanto ia-se mostrando aos catholicos que lá fora se ouviam falsas accusações de modernismo. Tambem as de cá podiam ser falsas...

Isto era na capa. E no texto? No texto voltava a revista ás affirmações antigas, a propósito de um livro de Allo:

1) que «*todos os sistemas de apologetica, a Filosofia da Acção, etc., têm o seu fundo de verdade, que nós devemos aproveitar no estudo do Problema religioso*»;

2) que «é erro encará-lo (o problema religioso) por um único lado, bem como admitir tôdas as conclusões de Apologéticas firmadas exclusivamente no método de immanencia»; e

3) que «não é menos pernicioso negar-lhes todos os resultados práticos, só porque seguem um caminho novo, até aqui mais ou menos desconhecido».

(*Voz de S. Antonio*, abril de 1908, pags. 628 e 629.)

Trocado em miúdos, vem isto a dizer:

1) que tambem o método apologetico da immanencia tem um fundo de verdade;

2) que não deve ser exclusivo este methodo (os sublinhados acima são da *Voz*);

3) que tem resultados práticos. Mas a *Voz* foi mais longe, e disse:

4) que «as questões criticas não favoreciam de nenhum modo o plano de rebostecer (sic) a fé na Divindade do Nosso Salvador...»

(*Ibid.*, pag. 629);

5) que os argumentos escolásticos «precisam quasi todos de ser remodelados, para terem um valor que admittam, não só os catholicos, mas que force o assentimento dos proprios adversarios...»

(*Voz de S. Antonio*, junho de 1908, pag. 689);

6) que a Igreja reprova «o movimento precipitado do modernismo» (*ibid.*, pag. 686), (não o modernismo simplesmente, *sine ad-dito*);

7) que «a autoridade, na Igreja catholica, não cria nada de novo. Quasi se limita a sancionar; em

ultima analyse, a dirigir. Effectivamente. Os grandes movimentos catholicos... as grandes decisões doutrinaes, os dogmas, a fé, como se desenvolveram? Foi acaso o Papa ou a autoridade religiosa que os creou? Não. *Approvou-os*. Simplesmente, antes da approvação discutiu-os, como no mundo scientifico actual se não discute.» (*Ibid.*, pag. 685). (O sublinhado é da *Voz*).

N. B. Esta doutrina é muito proxima da condemnada no decreto *Lamentabili* (de 3 de julho de 1907):

«Na definição das verdades a Igreja docente e discente collaboram de tal modo, que a Igreja docente não fica senão sancionar as opiniões communs da discente.» — «*In definiendis veritatibus ita collaborant discens et docens Ecclesia, ut docenti Ecclesiae nihil supersit nisi communes discentis opiniones sancire.*» (Propos. 6.ª das condemnadas).

8) que «o Papa não fala apenas por si. Tem com elle a Igreja e os catholicos quando decide as questões que nos preocupam. E' por isso que a Autoridade na Igreja está inabalavel:—é apenas a traducção do sentimento dos milhões de catholicos sinceros que lhe pertencem.» (*Ibid.*, pag. 686).

N. B. Ser inabalavel a auctoridade da Igreja exactamente por ser communicada com o corpo dos fieis é doutrina quasi formalmente herética, por ser equivalente á condemnada como tal pelo Papa pio VI na constituição *Auctorem fidei*: «A proposição que estatue o poder dado por Deus á Igreja para ser communicado aos Pastores, que são os ministros d'ella, para salvação das almas; intendida no sentido de ser derivado da comunidade dos fieis para os Pastores o poder de ministério e regime ecclesiastico; heretica.» (Prop. 2). — «Outrosim, a que assenta ser o Pontífice Romano cabeça ministerial; explicada no sentido de receber o Pontífice Romano não de Christo na pessoa de S. Pedro, mas da Igreja o poder de ministério, de que gosa na Igreja universal como successor de Pedro, verdadeiro vigário de Christo e cabeça de toda a Igreja; heretica.» (Prop. 3).

Prop. 2: *Propositio quae statuit potestatem a Deo datam Ecclesiae ut communicaretur Pastoribus, qui sunt ejus ministri, pro salute animarum; sic intellecta, ut a communitate fidelium in Pastores derivetur ecclesiastici ministerii ac regiminis potestas: haeretica.*

—Prop. 3: *Insuper, quae statuit Romanum Pontificem esse caput ministeriale; sic explicata ut Romanus Pontifex non a Christo in persona beati Petri, sed ab Ecclesia potestatem ministerii accipiat, qua velut Petri successor, verus Christi vicarius ac totius Ecclesiae caput pollet in universa Ecclesia: haeretica.* (Cf. *Encycl. Pascendi*, Trad., pag. 38.—*De Modernismo*, a P. A. Vermeersch, p. 15.)

9) que «em grande parte, o caso do modernismo é «precipitação em assimilar ideias—velhas ou novas—sem lhe compreender o alcance» — «propaganda falsa,

incompleta ou exagerada, e, por isso, desprezada (!) pelo catolicismo e pela Igreja».

(*Voz de S. Antonio*, julho de 1908, pag. 728)

10) que «pouco importava que Moysés... se servisse até das ideias cosmologicas dos Caldeus e outros povos, contanto que, despindo-as do seu caráter mythologico, os Hebreus ficassem sabendo que todo o mundo sahio das mãos de um Unico Deus...»; e

11) «que se Deus revelasse a Moysés uma Cosmologia e uma Astronomia como hoje as possuímos, ou como as hão de construir os nossos descendentes, nem o proprio Moysés o acreditaria, tal era a revolução que se ia operar nas suas ideias. Todo o povo apostataria talvez da sua fé...».

(*Voz de S. Antonio*, setembro de 1908, pags. 806 e 807).

N. B. Estas duas proposições estavam reprovadas por palavras quasi formaes na encyclica *Pascendi* e nas *Respostas da Comissão Biblica*. Cf. Art. II sobre o *Modernismo*, sob a letra B, *Restauração* n.º 274.

12) que em Portugal ao menos as mais imponentes peregrinações «longe de serem grandiosas manifestações de fé, são apenas a exteriorisação de um nervosismo morbido e prejudicial quando não de um materialismo grosseiro que se manifesta na embriaguez do espirito ou de... cabeça com que regressam ao lar.»

(*Voz de S. Antonio*, dezembro de 1908, pag. 928).

N. B. E' proposição falsa, escandalosa, offensiva da piedade christã, e respirando espirito modernista (restricção das manifestações do culto externo).

Em maio de 1908 aproveitava a *Voz* um novo ensejo de justificação indirecta por escripto: era a publicação da Encyclica *Pascendi* pelos *Estudos Sociaes*. Os accusadores de modernismo em Portugal eram *desleaes*, e publicamente por taes conhecidos; eram «*catholicos mal avisados*, pára quem o Catolicismo se converte com o seu catolicismo.»

«Por escripto» disse eu; pois em conversações particulares declaravam os redactores da *Voz* que os seus accusadores ignoravam o a b c do modernismo.»

Apesar, pois, de o não publicarem, entendiam muito bem que na accusação de modernismo eram elles particularmente alvejados.

Eis em breve quadro a historia das doutrinas modernistas da *Voz* no 2.º periodo: *defesa* encapotada e indirecta da justa accusação que lhe faziam de modernista, e *insistencia* nos principios condemnados na Encyclica *Pascendi*.

Assim estavam as coisas, quando veiu um novo facto abrir o

3.º periodo: insistencia e retirada

Em fevereiro de 1909, apreciando um livro do P. Maumus, aventou a *Voz* duas proposições modernistas:

1) que a heresia modernista «é mal comprehendida ainda para ser devidamente refutada» (pag. 68.—Cf. Art. II sobre o *Modernismo*, letra A; *Restauração*, n.º 274);

2) que «homens de cuja catholicidade se não pode duvidar, vivem no mesmo scepticismo» (de «já lhes não servirem as provas classicas sobre a existencia de Deus») (pag. 69.—Cf. Art. III sobre o *Modernismo*, letras G, b)—*Restauração*, n.º 275).

Foi a *Voz* avisada d'estas doutrinas por pessoa que desejava não redundassem ellas em desdouro da ordem seraphica, tam

santa e tam sympathica aos portuguezes. Sei-o, porque vi na mão do auctor a nota escripta, que ia ser enviada aos superiores da ordem em Portugal.

Ora o resultado foi nullo.

A primeira proposição foi embrulhada no numero de abril (pag. 153), restringindo-a a *Voz*, sem a explicar (Cf. Art. II sobre o *Modernismo*, letra A, N. B.; *Restauração*, n.º 274, 1.ª col.).

Da segunda proposição nem palavra. Foi, portanto, inviolavel e conscientemente mantida.

Fez isto péssima impressão no meio catholico, e sei de fonte segura que á *Voz* foi imposta, por quem o podia fazer, uma retractação solemne, ou uma explicação clara das suas ideias sobre modernismo.

A resposta a esta imposição foi o artigo de junho, intitulado *O Modernismo*.

Não é uma retractação, porque:

1) nega a existencia do modernismo em Portugal, e portanto na *Voz*;

2) não reprova formalmente nenhum dos principios modernistas por ella affirmados antes;

3) nem sequer reprova o modernismo; pelo contrario, attenua-lhe os erros, louva-lhe os homens de *vigorousos*, etc., e promete-lhe certo patrocinio (dirá «por fim o que o modernismo não é» — pag. 205).

Nem é uma exposição clara:

1) nos primeiros tres periodos emprega quatro vezes a expressão do embrulho: *mais ou menos* (pag. 204);

2) fuge á questão, prometendo uma exposição longa em serie de artigos, e publicando só o primeiro, sem voltar, ha quasi um anno, ao assumpto.

E é esta *retirada* uma das characteristics do 3.º periodo d'esta ingrata historia.

A outra disse eu ser a *insistencia* nas doutrinas anteriormente expostas. E é verdade.

1) Affirmara antes a *difficuldade de comprehensão do modernismo*.

E agora insiste: «E' por isso difficil comprehender bem no nosso meio scientifico e religioso esta systematisação doutrinarria mais ou menos definida, mais ou menos incoercível, porque está ainda em formação» (!) (*Ibid.*, pag. 204).

2) Tinha affirmado que o *movimento do modernismo era incompleto e precipitado*.

E agora chama-lhe: «difficil problema, que alguns homens abordaram com vigorosa insistencia, embora precipitadamente e sobretudo (!!) com enormes deficiencias inexcusaveis» (*sobretudo* com falsidade heretica é que foi). (*Ibid.*).

3) Tinha ensinado a doutrina da *immanencia*.

E agora declara que «por tudo, pois, a verdade deve ser estudada do ponto de vista subjectivo e immanente». (*Ibid.*, pag. 213).

4) Tinha dicto que o *modernismo tinha um lado verdadeiro*.

E agora insiste: «a questão, assim como tem o seu lado erroneo, o tem igualmente verdadeiro, do mesmo modo que á parte negativa corresponde outra positiva». (*Ibid.*, pag. 204).

E' uma questão de *verdade e principios*.

5) Tinha, conseqüentemente, *dado razão* a algumas das soluções modernistas.

E agora volta ao ponto, e á formula: «E assim naturalmente a questão que elles (os *modernistas*) se propõem é distincta da que tentavam resolver os apologetas do principio do seculo XIX. Estes, como vimos, faziam servir o sobrenatural á natureza. Aquelles pretendem — e *nisto tem razão*—elevant a natureza ao sobrenatural, realizando a synthese das duas ordens de verdades de modo que o espirito moderno se sobrenaturalize, vivendo uma vida superior—a vida christã. Não pode dizer-se que o problema é fa-

cil nem de pouco interesse. E isto deve obrigar-nos a attender seriamente ao modo como a questão é posta pelos modernistas.» (*Ibid.*, pag. 210).

E' uma questão de *methodo e de tendencias*.

Pelas ultimas palavras da *Voz* poderia perguntar-se, se Pio X *attenderia seriamente, ou não, ao modo como a questão é posta pelos modernistas*.

E, a este respeito, tem o artigo citado da *Voz* maravilhas sobre Pio X e sobre a condemnación do modernismo. Não são maravilhas descobertas, não; são solapadas, mas summamente significativas.

Assim:

1) Depois da *Encycl. Pascendi*, nada mais natural que chamar se *heresia* ao modernismo, e *hereje* ao modernista.

Ora, neste artigo, nem uma só vez apparecem taes palavras.

2) Condemnado formalmente o modernismo, um catholico instado para dizer o que pensava das doutrinas e documentos pontificios, dizia desassombadamente que não só vieram resolver a questão, mas cortaram o mal pela raiz.

Ora o que a *Voz* diz neste artigo é que «são apenas meios de contribuir (!!) para a resolução do difficil problema...» (*Ibid.*).

3) Perante a condemnación da Santa Sé, um catholico sincero, instado para se declarar, dizia sem hesitação *condemnavel* o modernismo.

A *Voz* o que pretende «é mostrar o que é o modernismo, qual o seu valor perante alguns dados incontestaveis da philosophia, perante os da religião e por fim o que o modernismo não é» (*Ibid.*, pag. 205.)

4) Um catholico firme, posta a verdade da fé e a condemnación da heresia, não poderia dizer, senão que a última palavra estava dicta no assumpto, e a questão acabada.

A *Voz* acha que a Santa Sé não trancou a questão vital do modernismo: «**Além disso sobre a verdade definitivamente adquirida, no ponto em questão, pela Igreja e pela theologia ergue-se ainda outro problema sem resolução que constitue toda a duvida e toda a difficuldade que o modernismo pretendeu resolver, mas que não resolveu, porque não possuia—nem por ora, ninguém possui (!!!)—os elementos indispensaveis para a resolução definitiva.**» (*Ibid.*, pag. 204.)

Nem a Igreja possuirá ainda a resolução?!

5) Um catholico, com o escudo dos decretos emanados da Santa Sé, julgar-se-ia com razão armado para resolver o problema modernista.

A *Voz*: «Não vimos, pois, iludidos, nem iludir os leitores com o pretencioso (!!) offercimento da resolução do difficil problema que preocupa os homens do modernismo, como aliás preocupa todos os homens que estudam a religião desde os primeiros escolásticos até aos nossos dias.» (*Ibid.*, pags. 204 e 205).

6) Um catholico, depois de ler a Encyclica *Pascendi*, não poderia furtar-se á justa admiração de ver nella uma synthese perfeita, fiel, luminosissima, das doutrinas modernistas em todos os campos e sob todas as formas. Os proprios modernistas o confessaram.

A *Voz* sente o contrario: «O nosso emprehendimento é, pois, obra de uma certa vastidão que deverá occupar-nos por largo tempo embora tenhamos ardentes desejos de syntetisar o mais possível—o que é difficil, porque a teoria que examinamos é essencialmente analytica e não chegará tão cedo a uma synthese.» (*Ibid.*, pag. 205).

Isto é pyramidal!

A Restauração

Não quero alongar mais esta materia já de si longa e ingrata. Para monumento,ahi vai na integra, embora sem as citações das notas, o artigo em que a *Voiz*, intimada a declarar-se sobre modernismo, houve por bem dizer da sua justiça. (*Voiz de S. Antonio*, junho de 1909, pags. 204—214):

O MODERNISMO.—Em Portugal ha uma crise religiosa que attinge mais ou menos as ideias e os sentimentos de quasi todos os individuos, mas não ha verdadeiramente um movimento modernista. E', por isso, difficil comprehender bem no nosso meio scientifico e religioso esta systematisação doutrinar mais ou menos definida, mais ou menos incoercível, porque está ainda em formação.

Por tal motivo, ao tratar da questão, julgamos um dever desligar-nos de tudo quanto ella pôde encerrar de pessoal e de escandalo — e muito se tem feito neste sentido — para só nos fixarmos nas suas bases philosophicas e religiosas, por meio de um estudo sereno e de uma discussão absolutamente imparcial, mas necessariamente rigorosa, collocando-nos com esse fim, no campo em que a questão foi posta.

Só neste sentido, parece-nos, o conhecimento da questão pôde offerecer um inegavel interesse aos nossos leitores. Interesse que, na prática, se traduz pela necessidade de se dar uma interpretação fundamentada aos actos da Auctoridade Religiosa, tanto da parte dos catholicos como dos não-catholicos afim de que não succeda de aquelles arguam de modernismo o que não é modernismo e estes não julguem a doutrina e as precauções do Papa um attentado á liberdade e á sciencia, quando são apenas meios de contribuir para a resolução do difficil problema que alguns homens abordaram com vigorosa insistencia, embora precipitadamente e sobretudo com enormes deficiencias inexcusaveis.

Em segundo lugar, como não vivemos num paiz fechado ás communicções da Europa — e as ideias só serão difficéis pela falta de... receptores — teremos muita vez de apreciar ideias, de lhes dar o justo valor, collocando-as, por assim dizer, no quadro d'onde foram tiradas dando-lhes no conjunto o significado que isoladamente nem sempre podem ter.

Isto, quer se considere pelo lado da apreciação litteraria e critica, quer pelo da precaução que todos devemos ter na acceitação de ideias mais ou menos em voga, mas nem sempre sufficientemente justificadas, redobra de utilidade quando é o clero que tem de fazer o seu estudo ou de dar a sua opinião sobre assunto de tal magnitude e importancia.

Neste intuito escrevemos, sem nos iludirmos acerca das difficuldades da questão que, assim como tem o seu lado erroneo, o tem igualmente verdadeiro, do mesmo modo que á parte negativa corresponde outra positiva. Além disso sobre a verdade definitivamente adquirida, no ponto em questão, pela Igreja e pela theologia ergue-se ainda outro problema sem resolução que constitue toda a duvida e toda a difficuldade de que o modernismo pretendeu resolver, mas que não resolveu, porque não possuía — nem por ora, ninguém possui — os elementos indispensaveis para a resolução definitiva.

Não vimos, pois, iludidos, nem iludir os leitores com o pretencioso ofrecimento da resolução do difficil problema que preocupa os homens do modernismo, como aliás preocupa todos os homens que estudam a religião desde os primeiros escolasticos até aos nossos dias.

O que pretendemos é mostrar o que é o modernismo, qual o seu valor perante alguns dados incontestaveis da philosophia, perante os da religião e por fim o que o modernismo não é.

O nosso emprehendimento é, pois, obra de uma certa vastidão que deverá occupar-nos por largo tempo embora tenhamos ardentes desejos de sintetisar o mais possivel — o que é difficil, por que a teoria que examinamos é essencialmente analytica e não chegará tão cedo a uma synthese.

No presente artigo de introdução vamos limitar-nos a relacionar as ideias geraes do modernismo com as ideias philosophicas e religiosas que o precederam e com elle directamente se relacionam, começando, como o pede a logica pela exposição geral do problema que elle pretendeu resolver e sem o conhecimento do qual tudo é nebuloso e inintelligivel.

Logo nos primeiros alvares da existencia, o Christianismo estabeleceu nitidamente a distincção entre duas ordens de factos — naturaes e sobrenaturaes, apresentando estes como um complemento *indevido* á natureza humana, embora ella por uma tendencia propria fosse capaz não só de aspirar a elles, mas ainda de os receber.

Esta noção um pouco vaga prevaleceu largo tempo na sua indeterminação, limitando-se os SS. PP. na sua maioria a afirmar apenas a distincção das duas ordens de bens, quer com um intuito moral, quer como defeza da doutrina tradicional atacada por algumas heresias suas contemporaneas.

A distincção era unanime entre os Padres e doutores da Igreja e não soffria a menor sombra de duvida a realidade da existencia desta dupla ordem de factos.

Todavia tal distincção não era feita com o intuito de *separar* absolutamente o natural do sobrenatural; ao contrario: estabeleciam entre elles uma *relação* que, por longo tempo não foi explicada, devido certamente á falta de uma systematisação philosophica da doutrina christã.

Quando essa systematisação começou é que mais nitidamente se delimitaram os campos dos dominios do natural e sobrenatural, esforçando-se então os theologos por explicar a natureza desta relação que elles admitiam como ponto indiscutivel de fé.

O ponto de partida de Pedro Lombardo era um texto de Santo Agostinho sobre que elle fazia o seu commentario ainda muito vago e indeciso.

O texto era o seguinte: «*Posse habere fidem sicut posse habere charitatem, naturae est hominum; habere autem fidem sicut habere charitatem, gratiae est fidelium.*»

Pedro Lombardo, esclarecendo, dizia que o *poder* que o homem tem de adquirir a fé e a caridade não é o poder livre da vontade, mas uma *aptidão natural* para crer e amar o que, dada a graça de Deus, elle de facto ama e crê.

Como é sabido, os commentarios de P. Lombardo serviram de base a todos os Theologos Escolasticos da Edadé media, para os trabalhos de systematisação.

E sobre este commentario é que as varias escolas — Thomista, Escotista e Augustiniana — ergueram os seus sistemas no que dizia respeito á origem do sobrenatural e á relação que com elle tem a natureza.

Mais ou menos accentuadamente em cada escola, a questão da origem do sobrenatural recebia duas resoluções principaes.

A primeira considerava o sobrenatural (a graça) como uma entidade absolutamente externa ao homem e nelle infundida por Deus.

A segunda, que pôde attribuir-se a Suarez, considerava a graça como uma transformação do homem feita por elle e por Deus. Ha verdadeiramente uma acção extrinseca que é o auxilio divino, mas que serve apenas de complemento, poderíamos dizer de desenvolvimento das facultades humanas. E é ainda esta a explicação que hoje prevalece nas escolas.

Em ambas as hypothèses, porém, é Deus o Auctor do sobrenatural ou da graça.

Quanto á relação da natureza com o sobrenatural, a questão era mais delicada e difficil e, digamol-o de passagem, é este precisamente o ponto critico da apologetica que deu occasionalmente origem a todo o systema modernista.

Tambem neste ponto surgiram varias opiniões entre os theologos escolasticos do seculo xiii ao seculo xviii.

S. Thomaz affirmára na alma uma «capacidade natural para a graça» a que depois se chamou «potencia obediencial».

A esta potencia obediencial attribuíram-se varios caracteres: era passiva, porque podia naturalmente *receber* a acção divina: era activa, enquanto se considerava como uma facultade *viva* elevada por Deus a um grau superior; e era natural não no sentido de facultade que se desenvolve apenas pelo seu proprio esforço, mas porque, como as outras energias, a potencia obediencial entra na constituição da natureza humana.

Especificando mais, os doutores afirmavam que sendo a visão de Deus o fim ultimo do homem a alma humana, por meio da potencia obediencial, tem naturalmente um *desejo* do sobrenatural.

Mas a origem e a intensidade deste *desejo* eram diversamente interpretados.

Afirmavam alguns que tal desejo do sobrenatural não era filho da natureza *pura*, mas sim da natureza *sobrenaturalizada*.

Diziam outros que não era um desejo *efficaz*, absolutamente inconfundivel com uma *tendencia natural*, mas um desejo condicional embora positivo que poderá realizar-se — quando lhe forem concedidos os meios sufficientes e necessarios.

Opinavam muitos, um pouco mais avançados, que o desejo do sobrenatural é um verdadeiro *appetite innato*, manifestação ultima da tendencia natural do homem para a sua perfeição ideal, embora insufficiente para o attingir, deixada ás suas proprias forças.

Resumiam-se nisto as varias soluções dadas pelos escolasticos á questão das relações entre a natureza e o sobrenatural e acerca da essencia da chamada *potencia obediencial*.

De tudo isto ficava pelo menos como definitiva a conclusão de que o sobrenatural, concretizado na ultima synthese imaginavel — a visão intuitiva de Deus — é o fim ultimo do homem.

Nos principios do seculo xviii, os fundadores da escola augustiniana pretenderam tirar deste principio uma conclusão que foi, na época, muito debatida.

Sendo a visão intuitiva de Deus o fim ultimo que o proprio Deus tinha proposto ao homem para attingir, e que o homem naturalmente appetee, como a tradição escolastica defendia, era necessario, em virtude da providencia do

mesmo Deus, que Elle facultasse ao homem os meios indispensaveis para attingir esse fim.

D'este modo a hypothese em que os escolasticos se collocavam — considerando o homem no estado de *natureza pura*, quando estudavam as questões da origem do sobrenatural e das relações entre a natureza e a sobrenatureza —, caia por terra, para se afirmar a necessidade da criação da *natureza já sobrenaturalizada*. Esta necessidade não era uma necessidade *absoluta*, mas uma especie de *conveniencia moral* para Deus, conveniencia em que estavam envolvidos os seus attributos de sabedoria, justiça e a providencia.

A synthese da philosophia christã ficou completa com S. Boaventura e Santo Thomaz. João Duns Escoto mais que um colaborador em tal synthese foi já o seu critico. Critico não por se collocar fóra do systema, mas pela revisião das bases fundamentaes da synthese que com a maior precisão eram por elle expostas, chegando por vezes a conclusões diversas, embora nem sempre de todo imprevisitas.

Com Guilherme Occam a philosophia escolastica soffreu nova critica e uns ensaios de nova synthese sobre uma base diversa que, systematisada, conduzia a escolastica a um idealismo metafisico verbal.

Fóra já da metafisica, Rogerio Bacon tentou uma critica mais positiva, fundada na observação interna e externa, applicando-lhe a indução que implicitamente se usava nas mathematicas do seu tempo e abrindo assim de novo o cyclo analytic.

Após este longo periodo de transição que rapidamente esboçamos, Descartes, aproveitando sem duvida muitos dos trabalhos que lhe eram anteriores e as novas descobertas scientificas, exaggerou o papel da observação a ponto de negar provisoriamente os principios intuitivos e deu ao seu systema uma base tambem provisoria expressa no celebre: *je pense: donc je suis.*

A philosophia de Descartes tem, na questão do modernismo, um valor relativo por systematisar, ao menos inconscientemente, o principio da immanencia na questão da existencia de Deus.

E' pela affirmação do *eu* — em que Descartes reconhece imperfeição, pois que o mesmo *eu* duvida, e conhecer é mais perfeito que duvidar, — que elle chega á conclusão de que deve existir algum ser mais perfeito do que o *eu*.

Donde lhe vinha essa ideia de um ser mais perfeito? — E' esta a questão fundamental do modernismo, embora estudada com maior extensão e profundidade, e a que Descartes respondia pela immanencia, dizendo que lhe tinha sido posta na alma por um ser indubitavelmente mais perfeito do que elle.

Para Descartes, pois, a affirmação do *eu* envolve a affirmação de Deus não pela identificação pantheista mas pela correlação das duas affirmações que ambas são *innatas* na alma humana.

Era este um passo avançado na metafisica estudada á luz de um criterio mais psicologico do que logico e que devia depois ser retomado em toda a sequencia da moderna filosofia, passando pela visão intuitiva no ontologismo de Malebranche, pela identificação substancial do pantheismo de Spinoza, no meio das reacções e contra-reacções da escola empirica inglesa e da escola idealista alemã, até receber uma critica na *razão pura* e uma coordenação voluntarista na *razão pratica* de Kant.

Effectivamente Kant fez a critica do intellectualismo metaphisico, negando não as realidades externas ao *eu* mas a adequação da *razão pura* a essas realidades e affirmando como unica relação entre o *Eu* e o *Não-eu* a vontade humana num systema moral a que elle chama a *razão pratica*.

Sendo em absoluto impossivel demorar-nos, por agora, na exposição destes systemas, vamos limitar-nos a apontar a conclusão da *razão pratica* de Kant no que diz respeito á crença na existencia de Deus.

Deus não se attinge pela especulação intellectual (*razão pura*), pois que nenhuma das razões metaphisicas ou fisicas aduzidas nos leva á conclusão da existencia de Deus.

Contudo esta ideia permanece em nós. Será idealisação pura ou encontra-se realisada fóra de nós?

E' uma *necessidade* para o homem, responde Kant, que esta ideia exprima uma realidade, pois que o homem sem Deus não pôde afirmar a sua independencia pessoal perante as violencias da natureza.

O principio da immanencia philosophica ficou, pois, nitidamente estabelecido pelo philosopho de Königsberg. E embora as suas conclusões philosophicas e systematicas soffressem a critica poderosa de Hegel no campo idealista e posteriormente fossem relegadas para um plano inferior pelo systema positivo de A. Comte e pela critica de Spencer nos *Primeiros Principios*, é innegavel que elle contribuiu para o actual estado dos espiritos pela união da metafisica com a moral que é a systematisação do immanentismo.

Neste ponto cumpre-nos fazer uma pequena reflexão que vem ilucidar em parte a questão da possibilidade do movimento religioso a que se chamou modernismo.

Como prevaleceu, apesar de tudo, o conceito individualista da philosophia

Kantista, principalmente na parte religiosa?

A nosso vêr, prevaleceu porque o movimento a que Kant deu relevo na sua philosophia não era o simples resultado das suas lucubrações scientificas, mas a traducção philosophica de um movimento geral no sentido individualista.

Esse movimento fóra inicialmente religioso; começou no seculo xvi com o protestantismo.

Ora, no dizer de Paulsen, o mais sincero e ardente representante do Kantismo, Kant é bem o philosopho do protestantismo e não ha duvida de que nos pontos fundamentaes da sua critica religiosa e até metaphisica, elle se deixou informar pelos principios da escola *Pietista*.

O individualismo religioso e philosophico traduzido nas sciencias politicas por J. Rousseau não teve de lutar muito para se entranhar em todo o systema social e politico, datando desta época o liberalismo economico e social que se difundiu pela Europa com a Revolução e de que ainda soffremos as consequencias.

Este novo estado dos espiritos em que influiu por um lado o scepticismo metaphisico e religioso e por outro o materialismo da vida, scientificamente servido por um positivismo philosophico que invadiu as classes dirigentes, devia necessariamente determinar uma posição nova do problema religioso.

Colocaram-no então no campo do naturalismo.

A philosophia deista propoz eloquentemente o problema da religião natural e de tal modo se insistiu n'elle que, na frase de Ligeard, tornou-se um logar commum e quasi banal a affirmação da existencia das grandes verdades metaphisicas: Deus, a alma, o dever, vida moral.

Tudo isto e só isto era admitido como sufficiente para se viver com honestidade. Baniu-se pois por completo a noção do sobrenatural que tantos cuidados dera aos theologos da edade-media. Neste ponto accentuava-se cada vez mais o scepticismo religioso das ultimas gerações do seculo xviii e das primeiras do seculo xix.

Os apologetas catholicos comprehenderam bem a necessidade de reivindicar os direitos do sobrenatural; mas preocupados com a adequação da sciencia apologetica á sociedade do seu tempo — o que é aliás um bom principio quando bem comprehendido — e, por outro lado, mal conhecedores da theologia tradicional — e disso os argue asperamente Scheeben — erraram por completo a tatica; em vez de elevarem a natureza aos esplendores do sobrenatural, apresentaram aos homens do seu tempo o sobrenatural como meio indispensavel para attingir aquelle fim natural de que elles tinham conhecimento pela philosophia deista da época. Deste modo, diz o mesmo Scheeben, «consideraram apenas a vida eterna como simples recompensa prometida á solução do problema moral.»

Esta deficiencia causou males que facilmente se percebem. Ao mesmo tempo, os estudos ecclesiasticos decahiram. A philosophia e a theologia escolasticas não eram devidamente comprehendidas e explicadas. E de tal modo esta crise scientifico-religiosa se alastrou pelo clero da Europa, que Leão xiii viu a necessidade de restaurar os estudos ecclesiasticos, propondo uma ampla reforma nas encyclicas *Aeterni Patris* e *Providentissimus Deus*.

O intuito dessa reforma não foi por todos bem comprehendido, succedendo que a juventude dos seminarios saia de lá e ainda em muita parte sae com uma comprehensão da philosophia e da theologia tão incompleta que no espirito de muitos, amantes do estudo, nasce a duvida e o desprezo até do que aprenderam, quando tem de deffrontar-se com os arduos problemas que a philosophia e a sociedade moderna lhes propõem.

Ora estes problemas dão uma fase nova á questão religiosa e essa fase é sobretudo naturalista e positivista, contrastando completamente com a fé catholica.

Aquelles que não perderam a fé, mas que aceitam precipitadamente *todas* as conclusões da critica moderna e da moderna philosophia, como aspiração legitima e legitima conquista do espirito na nossa época, veem-se obrigados a tentar a resolução do problema, por meio de uma synthese da philosophia moderna com a theologia, explicando esta com aquella, nos pontos de contacto. Chamaram-nos, talvez por isso *modernistas*.

E assim naturalmente a questão que elles se propõem é distincta da que tentavam resolver os apologetas do principio do seculo xix.

Estes, como vimos, faziam servir o sobrenatural á natureza. Aquelles pretendem — e nisto tem razão — elevar a natureza ao sobrenatural, realizando a synthese das duas ordens de verdades, de modo que o espirito moderno se sobrenaturalise, vivendo uma vida superior — a vida christã.

Não pôde dizer-se que o problema é facil nem de pouco interesse. E isto deve obrigar-nos a attender seriamente ao modo como a questão é posta pelos modernistas.

A apologetica tem-se baseado no principio de que a razão conduz o homem á fé, não no sentido de que a razão seja sufficiente para nos elevar ao

sobrenatural, mas porque, por meio d'ella, podemos chegar a conhecer a verdade da religião christã. Isto é: demonstra-se a verdade da religião.

Ora, demonstrar é fazer ver que uma verdade se deduz de outra verdade; e como o sobrenatural não sai logicamente do natural, aliás deixaria de ser sobrenatural, a sua demonstração só pôde consistir na prova de que elle é solidario com a natureza, não com solidariedade logica e necessaria, mas com uma solidariedade viva, pois que as duas ordens de verdades — provenientes de Deus — não podem constituir no homem duas vidas juxtapostas, mas uma só vida superior — sobrenatural.

E' este o lado objectivo da questão.

Objectivamente, a fé é o conjunto das verdades reveladas; resolver o problema por este lado é demonstrar a solidariedade do sobrenatural com a natureza.

Mas a questão tem um lado subjectivo. E considerada por esse lado — o mais importante — a fé é a adhesão ás verdades reveladas; resolver este segundo problema é *crer*.

Crêr é possuir a verdade sobrenatural de modo a introduzi-la na vida para se viver sobrenaturalmente. Ora isto não pôde ser o resultado de uma argumentação em que, postas as premissas, se deduz inevitavelmente a conclusão.

Afirmar-o seria dizer que a dialectica é um meio sufficiente de salvação, seria voltar ao determinismo socratico.

E contudo tem sido esta a pretensão dos apologetas tradicionaes, dos *intellectualistas*, quando, por meio da apologetica, pretendem fazer crêr aos outros as verdades que elles defendem.

Esta apologetica tem um grande valor: o de ser a mais perfeita systematisação das verdades reveladas. Mas, por isso mesmo que é systematica e scientifica, é tambem impessoal, porque o objecto de toda a sciencia é o universal. Ora crêr é negocio puramente pessoal; por consequencia, o intellectualismo não pôde gerar fé.

A fé é um fructo da vontade, pois que é uma virtude e por isso tem como principio um acto. Se só pela fé nós possuimos toda a verdade, porque possuímos Deus, parece que o problema se resolve pela acção e não pela especulação ou pela dialectica.

Esta acção não é exclusivamente nossa, é tambem de Deus, porque, para possuímos Deus — como o possuimos pela fé viva e completa — temos de entregar-nos a Elle e não podemos entregar-nos sem que Elle se nos dê a nós. Deste modo a fé resulta do encontro de dois amores e não do nexo de duas ideias.

A fé é pois a synthese da natureza com o sobrenatural, formando em nós unidade de vida, como em Deus forma unidade de plano.

Mas, anteriormente a esta synthese em que nós collaboramos, realisa-se em nós uma synthese pela graça. Com a fé ratificamos apenas a dádiva que, pela graça, Deus nos faz de si mesmo. E' pois a graça o principio fundamental das duas ordens de verdades.

Para encontrar a sua união, precisamos evidentemente de a procurar em nós. Assim se justifica a necessidade que ha de lançar mão de um methodo de *immanencia*.

Como se vê, o modo de pôr a questão baseia-se todo na critica do chamado intellectualismo. Esta critica, que dá um breve resumo, supõe uma observação anterior, infelizmente muito incompleta, prematuramente systematisada e, ao que nos parece, feita já sob as influencias de um novo systema philosophico a que Mauricio Blondel chama a *Philosophia da acção*.

Esta philosophia, que nos deixa a impressão de ser feita de retalhos, não é, por isso mesmo, definitiva e para se estabelecer com este caracter terá ainda de observar muito, visto ser essencialmente psicologica.

Não ha duvida de que já não é original: lança as suas raizes em Kant, pelo menos e, no estudo do problema religioso, participa da philosophia do «sentimento religioso» de Schleiermacher e da doutrina do «apreço» (*Werturteil*) de Alberto Ritschl.

Em todo o caso esta philosophia da vontade, da acção e da vida que se synthetisa na affirmação do ser, num *dogmatismo moral*, constitue a base positiva da immanencia que os modernistas applicam a todos os problemas *vitaes*.

— Desculpem-nos os leitores este longo parentese que julgamos indispensavel para dar ao menos uma comprehensão geral das bases da immanencia e da sua applicação ao problema que os modernistas pretendem resolver. E prosigamos.

Devemos partir da realidade viva que nós somos.

Mas, pois que existe uma ordem sobrenatural, pois que todo o homem, de facto, é chamado a viver sobrenaturalmente, é porque Deus obra pela sua graça no coração de todos os homens e penetra-os com a sua caridade. *Sicut per unius delictum in omnes homines in condemnationem: sic et per unius justitiam in omnes homines in justificationem.*

Por isso o homem tem sempre o desejo de possuir Deus, de «ser Deus». Este desejo não é natural, isto é, o homem não o tem por si mesmo, é preciso que Deus lh'o dê. E' um desejo que

pertence á natureza penetrada pela graça.

Por conseguinte, fazendo a sciencia da acção humana que é tambem acção de Deus, encontra-se nella o sobrenatural não na sua forma precisa e dogmática, mas numa forma que nos permite receber a verdade revelada e dar-lhe um sentido ou, o que é o mesmo, que nos fornece os motivos de crer.

Deste modo se explica que a revelação venha encher um vasto da nossa natureza, como costuma dizer-se, ou uma especie de necessidade natural.

Mas esta acção de Deus não basta. Se a revelação externa sem a graça não teria para nós significado nenhum, sem a nossa disposição não chegaria a informar-nos. Não basta que Deus fale. E' preciso que O ouçamos. E' preciso ser homens de boa vontade. E a boa vontade consiste essencialmente em o homem não ter a pretensão de que se basta a si proprio. Desde então pouco importa que se saiba quem é Deus. Escuta-se, tem-se a fé implicita. Sem esta boa vontade, nem revelação, nem milagres, nem graça produzirão a fé no homem. Os homens que a não têm são os «duros de coração» de que fala o Evangelho.

Contudo, não devemos como que juxtapor a boa vontade á graça, pois que sem a graça a boa vontade não seria eficaz. A boa vontade ratifica livremente os dons da graça.

Deste modo o conhecimento que nós temos da verdade revelada depende de nós. O sentido da doutrina revelada é relativo ao que cada um é. Esta relatividade não quer dizer que a doutrina revelada dependa objectivamente de nós e que cada um possa fabricar a sua verdade. Ao contrario, neste sentido dependemos d'ella, visto que precisamos de cumprir a condição de ter boa vontade para a conhecer e possuir.

Santo Agostinho dizia: *ama et fac quod vis*; nós podemos dizer: *ama et cogita quod vis*, pois que o nosso pensamento é um prolongamento do que nós somos e se nós formos o que devemos, pensaremos o que se deve pensar. Não é que com a boa vontade nós tenhamos a sciencia explicita das verdades reveladas mas apenas essa verdade em principio, na synthese do natural com o sobrenatural que se realisa em nós, ficando deste modo resolvido o problema do melhor modo possivel.

Para se obter o conhecimento scientifico das verdades reveladas basta examinar o conteúdo desta vida, distinguir-lhe os elementos e organisal-os logicamente.

Mas este conhecimento não pode ser definitivo, pois que a boa vontade donde elle brota consiste no reconhecimento da propria insuficiencia; julgar-se bom é já deixar de o ser. Só Deus é bom. Do mesmo modo, julgar que se possui toda a verdade é esquecer que ella é infinita.

Viver é mover-se. A verdade não muda mas evoluciona e muda o conhecimento que della temos. O que importa é não caminhar á ventura; é preciso fixidez — que será fructo da boa vontade.

Para se possuir a verdade é preciso ser bom. Por tudo, pois, a verdade deve ser estudada do ponto de vista subjectivo e immanente.

Evidentemente, para os modernistas, a immanencia é uma theoria do

conhecimento que elles applicam á questão das relações da natureza com o sobrenatural.

Levados a isso por uma critica do *intellectualismo*, é com uma certa apparencia de razão que elles pretendem estabelecer as bases philosophicas da theoria por meio do estudo da acção.

Não lhes contestaremos por enquanto a legitimidade do systema. Mas visto que se confessam abertamente catholicos, é natural a extranheza do leitor ou do profano no assunto, em face da pouca conformidade das conclusões á que chegam dentro do proprio problema que pretendem resolver, com a doutrina tradicional.

Essas conclusões attingem na essencia a noção de revelação, inspiração, dogma e fé, como acabamos de ver no resumo que fizemos dos principios fundamentaes do modernismo.

A natural pergunta do leitor será esta: em que bases se fundam elles, pois, para, seguros do seu catholicismo, substituirem as suas noções fundamentaes ás noções que a tradição escolastica nos deixou e a propria Igreja sanciona?

Elles certamente não o farão por uma simples exigencia do systema philosophico, pois que, nesse caso, deixariam de adequar a natureza ao sobrenatural para fazerem exactamente o contrario.

Effectivamente não é só como conclusão da critica philosophica e da applicação da theoria da immanencia que os modernistas pretendem remodelar aquellas noções. E' ainda em nome de uma critica dos documentos onde a fé, a revelação, a inspiração e o dogma se encontram de um modo mais ou menos explicito e claro.

Esta critica tem o duplo caracter de historica e theologica; e os seus principios philosophicos são os da critica historica e scientifica geral, adquiridos pela philosophia moderna e por elles admitidos como legitima conquista do espirito.

E' tambem n'esta critica historica dos documentos escripturísticos e dos SS. Padres que elles baseiam a harmonia da immanencia theologica com a fé catholica e a revelação...

Feçamos aqui o nosso já longo artigo, deixando para outro, que brevemente publicaremos, a exposição d'esta base critica profundamente interessante e digna de séria reflexão e estudo.

C. do A.

Noticiario

Circulo Catholico.— Não nos foi possivel, por incommodo de saúde, assistirmos á sessão solemne, realizada no passado domingo no Circulo Catholico S. José e S. Damazo, em honra do seu patrono, S. José.

Sabemos porém, por informações fidedignas, que foi brilhante, fallando eloquentemente o snr. presidente da camara, rev. Abba-

de de Tagilde, que presidiu á sessão, e os snrs. dr. João de Freitas e rev. Abbade de Airão, snr. padre João do Carmo da Cruz Magro, cujos discursos foram largamente applaudidos.

Tinha de fallar tambem o snr. capitão Pereira do Paço, mas não o pôde fazer por causa dum incommodo de que foi acommettido.

O snr. José Roriz recitou tambem a poesia—«A Esmola».

Encerrou a sessão o snr. dr. Henrique Margaride, digno presidente do Circulo que agradeceu aos distinctos oradores a forma como concorreram para o brilhantismo daquella sessão.

O snr. capitão Pereira do Paço prometeu fazer brevemente uma conferencia naquelle Circulo.

Assistiram muitos socios e algumas das mais distinctas familias desta cidade.

«**Combate**».—Com este titulo começou a publicar-se em Braga um novo semanário, órgão do partido nacionalista no districto. E' seu director o eminente parlamentar, snr. Dr. Alberto Pioheiro Torres.

O nosso novo collega apresenta-se distinctamente redigido e excellentemente orientado.

Saúdamos vivamente o novo combatente e fazemos sinceros votos a Deus para que a sua missão e a sua necessidade seja comprehendida pelos homens de bem, e para que a sua vida seja longa e próspera e a sua acção eficaz e fecunda.

Aproveitamos a occasião para agradecer ao *Combate* as referências que faz a um dos nossos colaboradores a propósito das graças concedidas pelo Summo Pontifice.

Os graphics da Minerva.—O pessoal operario da Typographia Minerva, desejando adquirir uma bandeira com que possa apresentar-se nos actos publicos em que tenha de tomar parte, resolveu promover uma rifa, cujo producto será applicado na compra dessa bandeira.

Os objectos a sortear sam as seguintes obras litterarias, luxuosamente encadernadas:

Historia do Cerco do Porto, O Paraizo Perdido e O Rabbi da Galilea.

Bibliotheca religiosa

Obras editadas pela empresa de «A RESTAURAÇÃO» e á venda na Typ. Minerva Vimaranesa — Rua de Payo Galvão — Guimarães.

Recordação dos meus estudos

Pelo auctor do *Método para formar a infancia na piedade*. Accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

1.^a série—Um vol. de 46 páginas em 4.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 "
2.^a série—Um vol. de 50 páginas em 4.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 "

Os beneficios da confissão

Por F. J. d'Ezerville, accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 60 páginas em 8.^o:
Em brochura 50 reis
Cartonado 100 "
Franco de porte.

Officio da Immaculada Conceição

Texto portuguez: com approvação ecclesiastica.

Um folheto de 82 páginas, em bom papel:
Preço 20 reis
Pelo correio, por cada 5 exemplares 10 "

As Bem-aventuranças evangelicas

Postas ao alcance de todos

Pelo Padre Deville, Doutor em theologia. Tradução do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 64 páginas em 8.^o:
Em brochura 50 reis
Cartonado 100 "
Franco de porte.

Conselhos sobre a educação

Segundo o Veneravel Sarnelli. Accommodação portugueza do Padre José Lopes Leite de Faria, com auctorização do Ex.^{mo} Arcebispo Primás.

Um vol. de 112 páginas em 8.^o:
Em brochura 100 reis
Cartonado 160 "
Franco de porte.

Por que não haveis de commungar todas as manhãs em que ides á missa?

Opúsculo altamente louvado por sua Santidade Pio X e traduzido pelo Padre José Lopes Leite de Faria, Professor no Seminario-Lyceu de Guimarães. 2.^a edição auctorizada pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Arcebispo Primás. 32 paginas, em 8.^o.

Preço avulso **30 rs.** franco de porte. Para propaganda, por cada 10 exemplares, remetidos pelocorreio, 225 reis. Sendo o pedido de 100 exemplares, inclusivé, para cima, faz-se o preço de 20 reis cada um, franco de porte.

OUTRAS OBRAS DIVERSAS

Vida de S. Luis Gonzaga

Modelo e protector da mocidade catholica

Um vol. de 50 páginas, com uma linda capa illustrada que o torna recommendavel para premios á juventude:
Preço 30 reis
Pelo correio 35 "

Burgueses e operarios

Dialogo entre um socialista e um homem de bem

(Versão do francês)

Um volume de 118 páginas em formato elegante:
Preço 80 reis
Pelo correio 90 "

Nem de mais nem de menos

Romance moral humoristico, por Dorothea de Boden. Versão do francês por Brites de Almeida.

Um vol. de 108 páginas, em 8.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 "

Isabel

Por Dorothea de Boden. Versão do francês por Brites de Almeida.

Um volume de 156 páginas, em 16.^o:
Preço 50 reis
Pelo correio 60 reis

A Dictadura

Por Joseph Viand, Ensaio de philosophia social.

Um volume de 116 páginas, formato elegante:
Preço 250 reis
Pelo correio 270 "

O almocreve das petas

Por Spiritus Asper.

1.^a vol., com 128 páginas, em 8.^o:
Preço 80 reis
Pelo correio 90 "

ALEM DOS LIVROS MENCIONADOS HA MAIS:

Bilhetes postaes illustrados

Colloridos, e em preto, variedades de gostos e preços modicos. Collecções da estancia thermal de Vizella composta de 14 exemplares, com 17 vistas escolhidas, optimo cartão e nitida impressão, a 150 reis.

Bilhetes postaes de propaganda religiosa

Com diversas imagens. Preço de cada um, 5 réis. Em series de 20 ou mais exemplares sortidos, faz-se a remessa franco de porte

Todas as requisições devem ser dirigidas a Antonio Luis da Silva Dantas e acompanhadas da respectiva importancia, em estampilhas de 25 reis ou vale postal, sem o que não serão attendidas

HIGH-LIFE — ATELIER DA MODA

93, Rua da Rainha, 97 — GUIMARÃES

Estação de verão. Chapeus para senhoras e creanças, segundo os ultimos figurinos de Paris. Exposição permanente. Variadissimo sortido Colletes de espartilho do Atelier portuense «A PRINCEZA».

PREÇOS MODICOS.

A RESTAURAÇÃO

SEMANARIO CATHOLICO

Preço da assignatura

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Anno 1\$300 rs.
Semestre 650 "
Trimestre 350 "
Numero avulso 30 "

Preço das publicações

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Annuncios e communicados, linha 40 rs.
Repetição, por linha 20 "
Reclamos, até 5 linhas 100 "

Os srs. assignantes gosam o desconto de 25 % em todas as suas publicações.

As obras litterarias, quando o mereçam, annunciam-se em troca de um exemplar.

O Coração de Jesus

SEGUNDO A DOCTRINA

DA

Beata Margarida Maria Alacoque por um oblatto de Maria Immaculada, capellão de Montmartre.

Tradução de R. F.

Introdução do Padre J. S. Abranches

Pedidos á Administração do *Novo Mensageiro*, Rua do Quelhas, 6, Lisboa. Preço: um volume de 316 páginas, largamente illustrado, 300 reis; pelo correio, 340 reis.

A RESTAURAÇÃO

6.^o anno

SEMANARIO CATHOLICO

N.º 277

Ex.^{mo} Snr.